

Aldeias Comunaís:

ASSUMIR A SOCIALIZAÇ



Um comício marcou o encerramento da 1.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunaís realizada na Aldeia Comunal 3 de Fevereiro, em Gaza

A Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunaís visava, fundamentalmente, reflectir sobre o movimento de massas desencadeado em Moçambique desde a proclamação da Independência: a socialização do campo. Pela riqueza das informações colhidas ao longo de um ano de preparação e a profundidade das análises feitas sobre a problemática das aldeias comunaís, na fase actual, é um marco para o desenvolvimento deste processo.

Pode afirmar-se que — como disse um dos participantes — «o número de problemas por resolver ul-

trapassa largamente o daqueles que conseguimos resolver.» Mas estes foram amplamente discutidos, tendo sido tomadas decisões relativamente à organização dos órgãos de direcção das aldeias comunaís, à organização socialista da produção e à comercialização, entre outras questões.

A reunião decorreu entre os dias 24 e 27 de Março, na Aldeia Comunal 3 de Fevereiro, na Província de Gaza, com a participação de cerca de 250 delegados e representantes de diversas organizações internacionais.

O cenário deste acontecimento ofere-nos uma imagem do desenvolvimento actual das aldeias comunaís. No mesmo local onde, há quatro anos, apenas era reino de macacos e jibóias — segundo contam os habitantes da Aldeia Comunal 3 de Fevereiro — apresenta-se hoje uma localidade povoada por mais de 1 400 famílias, com casas organizadas, amplos arruamentos e outros benefícios

sociais e materiais. É uma futura cidade no campo!

Por todo o País, encontram-se mais exemplos deste desenvolvimento. Conforme os dados recolhidos durante os preparativos da 1.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunaís, estão já registados mais de mil aglomerados populacionais, mais ou menos desenvolvidos, com dimensões e distribuição variáveis em todo o território

nacional. Existem aldeias desde 40 a 50 famílias, a outras com 1 500, 2 000 ou mais, num total que ultrapassa um milhão de aldeões.

Mas se já se pode falar numa evidente transformação física, no campo, não se pode afirmar a existência de verdadeiras aldeias comunaís, tal como foram definidas, isto é, como «unidades política, administrativa e económica-

ÇÃO NO CAMPO

nizar a produção para resolver os problemas do Povo e vencer o subdesenvolvimento?

ESTRUTURAÇÃO DO PODER

Ninguém tem dúvidas sobre quem detém o poder político de Estado. A sua estruturação nas aldeias comunais é que foi um dos temas centrais da reunião nacional.

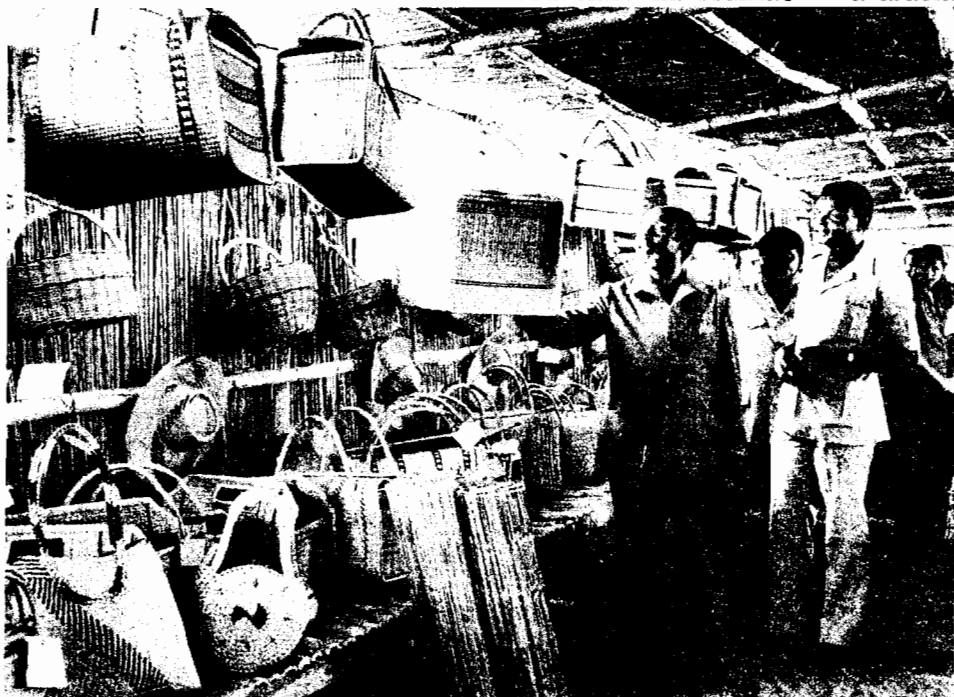
Ainda durante a sua preparação, um dos problemas identificados foi a ausência de estruturas do poder, nestes novos aglomerados populacionais, a sua ineficácia ou incorrecto funcionamento. Daí, torna-se difícil articular com o distrito e a província. Nesta situação, não há ninguém na base, para garantir o cumprimento das decisões tomadas a nível superior, referentes quer no processo de edificação das aldeias comunais quer ao plantio de árvores e pomares, embelezamento do bairro, funcionamento de uma creche, etc.

Quarenta e cinco por cento das aldeias têm já a sua assembleia do Povo, órgão máximo do poder de Estado. Falta-lhes, porém, o instrumento para a sua institucionalização: o concelho executivo. Como uma localidade que é — ficou claro na reunião — a aldeia

mente organizadas». Os seus princípios fundamentais foram recordados no discurso de abertura da reunião, pronunciado pelo Ministro do Plano, Marcelino dos Santos. É a inobservância, o incorrecto ou insuficiente cumprimento dessas orientações que explica em grande parte esse facto.

Hoje é claro que grande parte dos esforços tanto das populações como do Estado até agora foi dada à organização física das zonas habitacionais: à limpeza, desmatção e construção de novas casas, abertura de machambas individuais e colectivas. O avanço neste tipo de organização não corresponde ao desenvolvimento da base económica. Contudo tal como o Partido FRELIMO define, a aldeia comunal deve corresponder a um tipo de vida completamente novo, novas formas de produção, visando a socialização do campo.

As questões a resolver são: quem detém o poder, como orga-



O Ministro do Plano, Marcelino dos Santos, que inaugurou a reunião, visita a exposição de artesanato aberta num dos pavilhões da Aldeia Comunal 3 de Fevereiro

comunal deve ter os órgãos de localidade definidos na lei.

Para além destas, questões como a formação de quadros para as aldeias comunais e o reforço da Comissão Nacional das Aldeias Comunais foram pormenorizadas nas discussões.

BASE ECONÓMICA

No documento sobre «Questões económico-financeiras» estavam em evidência aspectos relacionados com a criação da base económica e material das aldeias comunais. Viver na aldeia communal — foi sublinhado no início dos debates — significa já uma opção pela vida colectiva, ou seja pela cooperativa.

O que se verifica na realidade? Em muitas aldeias não existe produção colectiva ou quando existe é simbólica e desorganizada. Apresentou-se um estudo económico elucidativo sobre a cooperativa Assembleia do Povo, na província do Maputo, a machamba estatal Emipele, na Província de Nam-pula.

No primeiro caso, verifica-se o seguinte:

— Subaproveitamento da terra. Da cooperativa, com uma área de 150 hectares, somente se aproveitaram 17 hectares na campanha 1976/77 e 22,5 na campanha 77/78.

— Custos de produção elevados, como consequência de, nas operações de lavoura, gradagem, sementeira, utilizarem-se tempos de trabalho superiores em quase 50 por cento ao tempo normal, devido à falta de controlo dos cooperativistas sobre o tractorista.

— Baixa produtividade, resultado do número de horas de trabalho diário e número de dias de trabalho por semana serem baixos em relação ao normal.

— Absentismo. Aponta-se como exemplo a questão da participação de uma família de três membros, todos cooperativistas, em que um só alternadamente participa nas jornadas. A maior parte dos cooperativistas considera ainda o trabalho na cooperativa como uma actividade facultativa.



Manifestações de alegria, através de actividades culturais, acolheram os delegados à 1.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais

— Chegada tardia de factores de produção, nomeadamente sementes.

Na machamba estatal de Emipele, com uma área total de 150 hectares, foram cultivados 66 hectares de algodão, em regime de monocultura, o que conduz à existência de tempos mortos, pois apenas se trabalhava 160 dias.

Estes exemplos não são os únicos. Um dos objectivos principais da cooperativa é planificar a produção para um melhor aproveitamento dos meios humanos e materiais e aplicação dos recursos financeiros e técnicos disponíveis. O outro exemplo justifica claramente a necessidade de se diversificar a produção.

Assim, em síntese, recomendava-se no final dos debates sobre este tema: a produção cooperativa nas aldeias comunais, bem como a sua comercialização e distribuição devem ser objecto de um plano anual, elaborado pela própria aldeia, de acordo com as normas e metodologia do órgão de planificação territorial.

No plano devem constar, entre outros: metas de produção, plano de utilização da força de trabalho, definição de estrutura das culturas, produção por hectares, utilização dos recursos internos

e externos da aldeia (aprovisionamento e abastecimento)

COOPERATIVA POLIVALENTE

Por outro lado a situação dominante é que diversas cooperativas ou actividades económicas na aldeia communal estão desligadas e com direcções individualizadas, sem o seu controlo. É necessário avançar para a criação de uma cooperativa única, polivalente; isto é, que integra várias funções: agrária, comercialização, construção, produção artesanal ou industrial.

A cooperativa polivalente definida numa das resoluções da penúltima Sessão da Assembleia Popular é, assim, o órgão que vai integrar todas as actividades económicas colectivas dos aldeões.

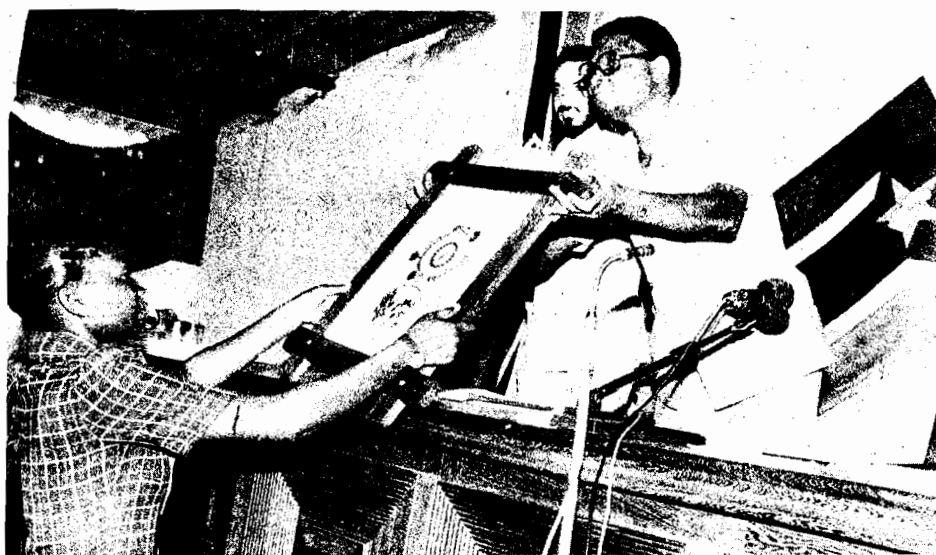
O apoio à produção familiar, nesta fase, é também salientado neste documento sobre aspectos económico-financeiros das aldeias comunais. Base de subsistência, a produção familiar deve ser apoiada mediante a criação de condições para o seu escoamento, a organização do abastecimento às populações em géneros de primeira necessidade, apoio técnico e distinções para as melhores produções.

O apoio estatal à produção colectiva inclui créditos e subsídios. O Estado, através da banca, empresta normalmente dinheiro para o desenvolvimento das aldeias comunais em particular para apoiar a sua produção colectiva.

Algumas questões levantadas durante as discussões, permanecem válidas. Por exemplo, em que casos é que o Estado subsidia em vez de dar crédito à cooperativa? Em que condições vai emprestar dinheiro?

O aluguer de meios mecânicos é outra forma de apoio estatal. Para evitar novamente falhas de parte a parte, recomenda-se que se celebrem contratos de aluguer entre a empresa responsável e os aldeões, de modo a poder-se pedir contas em caso de infracções e, se necessário, penalizar o infractor.

Ao analisarem-se as questões sócio-culturais evidencia-se a existência, sob formas camufladas nas aldeias comunais, de práticas indesejáveis, tais como o lobolo, ritos de iniciação, casamentos prematuros, feitiçaria e outras, devido a vários factores. A principal razão é a inexistência de infra-estruturas económicas capazes de garantirem o desenvolvimento socialista. A educação e a saúde têm também um papel fundamental a desempenhar para combater as



Em nome da Comissão Nacional das Aldeias Comunais, uma trabalhadora oferece ao Ministro da Agricultura, Mário Machungo, que presidiu aos trabalhos da reunião, uma moldura do cartaz alusivo ao acontecimento propondo que seja feito o estudo de um símbolo para as aldeias comunais

ideias derivadas da ignorância e obscurantismo.

A IMPORTÂNCIA DA REUNIÃO

A importância desta I.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, sem dúvida alguma avaliar-se-á pelos resultados da aplicação das decisões nela tomadas.

O facto de as análises sobre os problemas tratados terem sido profundas não significa que todas as dúvidas e interrogações no

Aparelho de Estado sobre a maneira como aplicar as orientações do Partido FRELIMO sobre a edificação das aldeias comunais tenham sido eliminadas. Só o tempo — disse um dos delegados — irá mostrar se tomámos as medidas exactas no momento exacto «e como vamos implementá-las».

Uma das questões de fundo é precisamente a cooperativa. O novo conceito vai exigir ainda um estudo profundo para que a sua aplicação na prática não venha presentemente levantar questões delicadas.

Por tudo isto, pode concluir-se, parafraseando o Ministro do Plano: «os nossos problemas são grandes, mas as nossas esperanças são ainda maiores...» e que, conforme vai crescendo a transformação do campo «há muitos problemas a resolver, problemas novos que vão obrigar a mais trabalho, a melhor organização, a maior consciência política de todos».

Mesmo que não tivesse tomado as decisões que tomou, a reunião teria sido válida por ter permitido uma reflexão sobre o processo das aldeias comunais, à luz dos princípios definidos pelo Partido.

É com a Aldeia Comunal que vamos promover o desenvolvimento da produção e do nível de vida do povo nas zonas rurais.

É com a Aldeia Comunal que vamos promover o desenvolvimento social e cultural do povo nas zonas rurais.

É com a Aldeia Comunal que vamos promover o desenvolvimento científico e técnico do povo nas zonas rurais.

É com a Aldeia Comunal que vamos eliminar progressivamente a diferença entre o campo e a cidade do nosso País.

É com a Aldeia Comunal que vamos pôr fim ao êxodo das populações das zonas rurais para as cidades. Na Aldeia Comunal, nós vamos consolidar a participação do Povo no exercício do Poder Popular, quer dizer, com a Aldeia Comunal vamos consolidar o Poder Popular nas zonas rurais.

(Excerto das palavras do Ministro do Plano, Marcelino dos Santos, na abertura da I Reunião Nacional das Aldeias Comunais).